



Número: **0001983-41.2014.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **26/09/2014**

Valor da causa: **R\$ 12.904,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PEDRINO DA COSTA E SILVA (AUTOR)		ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO)	
BRADESCO CIA DE SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21041288	09/05/2019 07:59	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
21041291	09/05/2019 07:59	[VOL 2][Sentença]	Autos digitalizados
21043099	09/05/2019 08:47	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
21043106	09/05/2019 08:48	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
21457879	24/05/2019 17:26	Petição	Petição

02
08

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA MISTA DA COMARCA
DE MAMANGUAPE- PARAÍBA

0001983-41.2014.815.0231



PEDRINO DA COSTA E SILVA, brasileiro, solteiro, balconista, portador do RG n.º 3212097 SSP/PB e CPF n.º 072052174-23, residente e domiciliado na Rua Vereador Firmino Cactano, 76, Campo, Mamanguape, PB, através de seu advogado e procurador legalmente constituído, com escritório profissional localizado à Avenida João Machado, 553, sala 517, Emp. Plaza Center, centro, nesta Capital, onde deverão ser enviadas as comunicações processuais pertinentes, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei 6194/74 (Veículos - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais) e demais legislações pertinentes à espécie, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT
(DEBILIDADE PERMANENTE) Pelo Rito Sumário art. 275, alínea “e” do CPC.**

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A** localizada no Parque Solon de Lucena, 641, centro, João Pessoa, PB, CEP – 58013-131, inscrita no CNPJ N.º 33.055.146/0001-93, tendo em vista os fatos e os motivos a seguir delincados:

JUSTIÇA GRATUITA.

Inicialmente, requer os benefícios da *Justiça Gratuita*, nos termos da Lei n.º 1.060/50 e das demais legislações pertinentes, por não ter condições de dar prosseguimento à presente demanda sem comprometer o seu sustento.

Para tanto, declara-se, desde já, pobre na forma da legislação de regência e conhecedor de todas as penalidades cabíveis em caso de falseamento da verdade.

FATOS.





03
98

A parte Promovente sofreu acidente de trânsito, **no dia 02.12.2011**, por volta das 21 horas, sofreu acidente automobilístico quando conduzia a motocicleta de marca Honda CG 150 Titan ES, de placa MNL-6123/PB, nas proximidades da praça São Sebastião, foi surpreendido com um pedestre na pista, o qual adentrou repentinamente e para não atropelalo, desviou e colidiu com outra motocicleta. Em consequência sofreu fratura exposta do 4º metatarso do pé direito com lesão de tendão extensor e da falange distal do 5º dedo do pé direito, sendo socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma da Capital, onde passou por tratamento cirúrgico de tenorrafia do tendão extensor e sutura de ferimento no pé direito.

Mesmo realizando cirurgia, e sendo submetido a tratamento e acompanhamento médico, os atestados e exames realizados pelo autor, concluem que a parte Promovente ficou **debilidade permanente do membro inferior direito, apresentando déficit funcional da marcha (andar claudicante) limitação de movimentos dos dedos do pé, dificuldade para andar, pular, agachar, correr, além de deformidade permanente, tudo devido ao acidente de trânsito ocorrido em 02.12.2011, conforme documentos em anexo.**

Eis os fatos necessários.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

O seguro obrigatório (DPVAT) tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

A Lei n.º 6194/74, que trata do **Seguro Obrigatório**, em seu artigo 3º elenca os danos pessoais cobertos pelo mesmo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º^o compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:

b) **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

Trilhando, ainda, por esta senda a Lei 6194/74, em seu artigo 5º, preceitua que a indenização será paga mediante a simples comprovação do acidente e do dano decorrente, senão, veja-se:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Há de se observar que esse artigo instituiu uma responsabilidade objetiva, adotando também a teoria do risco integral, aqui se deixa de imputar uma responsabilidade ao condutor do veículo e passa a imputar a sociedade como um seguro social, devido ao grande número de acidente deste gênero.

¹ I) Danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não."



04
25

Por outro lado, urge destacar, que os requisitos (**prova do acidente e do dano decorrente**) para a indenização foram preenchidos, senão, observe-se:

1) **Prova do Acidente:** Laudo fornecido pelo Hospital de Trauma da Capital e Boletim de Ocorrência fornecido pela Polícia Civil. (docs.anexos)

2) **Dano: debilidade permanente do membro inferior direito, apresentando déficit funcional da marcha (andar claudicante) limitação de movimentos dos dedos do pé, dificuldade para andar, pular, agachar, correr, além de deformidade permanente, provada através dos Laudos médicos (docs. Anexos).**

3) **Nexo causal:** Se não tivesse ocorrido o acidente a parte Promovente não teria sofrido as lesões já relacionadas.

Neste viés, tem-se, ainda, o entendimento do *Egrégio Tribunal do Rio Grande do Sul*:

Para a concessão da indenização do seguro DPVAT basta a simples prova da ocorrência do sinistro e do dano decorrente. O artigo 3º, letra "b" da Lei 6.194/74 estabelece o valor de 40 salários mínimos para indenização por invalidez permanente. (TJRS - AC 70010140473 - Cachoeira do Sul - 5ª C.Cív. - Relª Desª Ana Maria Nedel Scalzilli - J. 07.07.2005)

Outrossim, é forçoso concluir que a parte Promovente faz jus a indenização do seguro obrigatório.

PEDIDOS.

Ante o expandido, requer que Vossa Excelência se digne em:

a) Conceder à parte Promovente os **Benefícios da Justiça Gratuita** por não ter condições de arcar com as custas processuais sem comprometer o seu próprio sustento;

b) Citar a parte Promovida com as advertências do art. 285 e as prerrogativas do art. 172, ambos do *Código de Processo Civil*, no endereço supramencionado, para, querendo, contestar o pedido da parte Promovente, sob pena de revelia e confissão tácita dos fatos narrados;

c) Condenar a parte Promovida a pagar à parte Promovente a indenização do seguro obrigatório – DPVAT, alçada no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vez que resta comprovado o acidente, bem como o dano decorrente, tudo de acordo com as balizas fixadas pela Doutrina e Jurisprudência pátria, ainda, com juros moratórios e correção monetária a partir do evento danoso, nos moldes da Súmula 54 do *Superior Tribunal de Justiça*²;

² Súmula 54 do STJ - Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual;

Jurisprudência - Os juros moratórios alusivos ao dano moral são computados a partir da data do evento danoso, nos termos da Súmula nº 54 do STJ (STJ – EDRESP 327382 – RJ – 4ª T. – Rel. Min. Aldir Passarinho Junior – DJU 23.09.2002)



05
EG

d) Condenar a parte Promovida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes na ordem de 20% (vinte por cento) do valor da condenação a ser imposta àquela.

e) Julgar inteiramente **PROCEDENTE a presente demanda**, em todos os seus termos;


f) A produção de todas as provas admitidas em direito, notadamente o depoimento de seu representante legal ou seus prepostos, juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas, **perícia médica** e tudo mais que o controvertido assim exigir;

Dá à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Mamanguape, PB, 11 de Julho de 2014.


Advogado **Abraão Costa** Florêncio de Carvalho
OAB/PB - 12.904

QUESITOS PARA PERÍCIA MÉDICA

- 1) Houve ferimento ou ofensa física?
- 2) Qual o meio que o ocasionou?
- 3) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função?
- 4) Resultou deformidade permanente?
- 5) Há nexo causal entre a debilidade apresentada pelo promovente e o acidente sofrido pelo mesmo?



PROCURAÇÃO AD JUDICIA "ET EXTRA"

1
06
70

NOME: RENILDO DA COSTA E SILVA, brasileiro(a),
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: ATENDENTE, portador(a)
do RG nº. 3212097 SSP/PB, e inscrito(a) no
CPF nº. _____, residente e domiciliado
RUA/AVENIDA: FIRMINO CAETANO, NÚMERO: 76

COMPLEMENTO: _____
BAIRRO: CARRO, CIDADE: MAMANGUAPE,
ESTADO: PARANÁ - CEP: _____
TELEFONE: 9150-7842

Pelo presente instrumento de
procuração, nomeia(m) e constitui (em) seu bastante procurador os advogados DR.
ADAILTON COELHO COSTA NETO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB
12903, DR. ABRAÃO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO, brasileiro, casado,
advogado inscrito na OAB/PB 12904, DRa. MARÍLIA VIEIRA COSTA, brasileira, casada,
advogada inscrita na OAB/PB 12343, Dr. DIEGO JOSÉ MANGUEIRA AURELIANO,
brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB nº 15.178, todos com escritório na Av.
João Machado, 553, sala 517, Centro, João Pessoa, PB, fones (83) 32438889 e a quem
confere(m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad-judicia ET EXTRA"
em qualquer juízo, instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações
competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando
dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para
confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos JUDICIAIS E
EXTRAJUDICIAIS, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente,
podendo ainda receber Alvarás Judiciais e quantias correspondentes perante a Caixa
Econômica Federal, BANCO DO BRASIL ou qualquer instituição financeira, podendo
também a Justiça Gratuita, nos termos da Lei 1060/50 e substabelecer esta em outrem, com
ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, conferindo-se ao
presente instrumento de mandato cláusula "em causa própria", e a sua revogação não terá
eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, nos termos do art. 685 do
Código Civil.

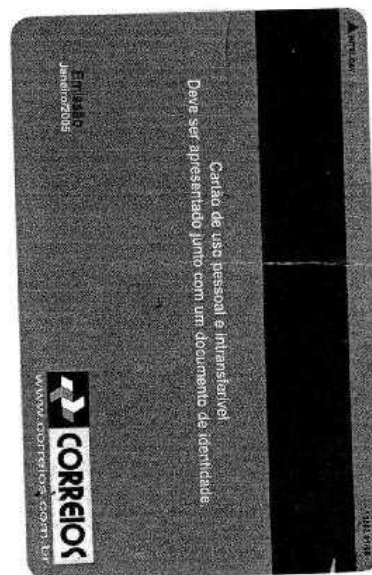
HONORÁRIOS CONTRATADOS

Como remuneração aos serviços profissionais ora contratados, a CONSTITUINTE
obriga-se de forma irrevogável a pagar ao ADVOGADO os honorários advocatícios
no importe de 30% dos valores advindos da causa. Em caso de improcedência da
demanda, a parte contratante desobrigada está de pagar qualquer quantia referente a
honorários, excluindo-se destes eventuais despesas adiantadas pelo contratado. Ainda, em caso
de incidência da multa do art. 475 - J do código de processo civil esta pertencerá ao
ADVOGADO, em face do maior trabalho dispensado. Fica estabelecido que em caso de mora,
serão cobrados juros de mora, na razão de 1 % (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por
cento). Caso a mora seja superior a 30 (trinta) dias, ficará este contrato rescindido de pleno
direito, independente de qualquer medida judicial ou extrajudicial, considerando-se vencidas as
demais obrigações vincendas, que serão exigidas de imediato. Fica estabelecido que em caso de
desistência por parte dos CONTRATANTES, antes de iniciados os serviços especificados por
inércia dos CONTRATADOS, serão devidos, a título de honorários, por assessoria e consultoria
jurídica, 10% (dez por cento), caso seja por inércia dos CONTRATANTES, será devido o valor
integral.

João Pessoa/PB, _____ de _____ de 2014

* Renildo da Costa e Silva







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE PEDRINO DA COSTA E SILVA
DATA DE NASCIMENTO 15/08/87
NOME DA MÃE SÔNIA MARIA DA COSTA E SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 6161156
DATA DO ATENDIMENTO 02/12/11
HORA DO ATENDIMENTO 23:28 HS
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE METATARSO DO PÉ DIREITO COM LESÃO DE TENDÃO
CID 10 S92.3

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, procedente da cidade de Mamanguape, trazido pela ambulância, vítima de acidente de moto, apresentando, fratura exposta do 4º metatarso com lesão de tendão extensor e da falange distal do 5º dedo do pé direito, conforme relato do prontuário.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de Pé D;

TRATAMENTO:

Atendimento em ortopedia com tenorrafia do tendão extensor e sutura de ferimento no pé direito.

ALTA HOSPITALAR: 03/12/11
DATA DA EMISSÃO: 03/10/12

Dr. Fernando Eduardo Rabelo Dias
CRM- 1802/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





09
906

Natureza: Acidente de Trânsito.

Certidão nº 2.094/2013

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento Verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o livro de Registro de Ocorrência nº 006/2013, nele encontrei a Ocorrência Policial 2094/2013, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2013, nesta cidade de Mamanguape/PB, e na Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontrava a Autoridade Policial, Dr. THIAGO AUGUSTO CAVALCANTI DOS ANJOS, comigo Escrivão, do seu cargo, no final declarado e assinado, às 10:40 hs, compareceu: PEDRINO DA COSTA E SILVA, brasileiro, 26 anos de idade, RG: 3212097/SSP/PB, balconista, nascido em 15/08/1987, natural de Mamanguape/PB, filho (a) de Pedro da Cruz e Silva e de Sônia Maria da Costa Silva, residente na Rua Vereador Firmino Caetano, 76, Campo, Mamanguape-PB, o qual fez o seguinte registro: QUE, no dia 02/12/2011, por volta das 21h00min, conduzia a motocicleta HONDA CG 150 TITTAN ES, cor: vermelha, ano: 2006, chassi: 9C2KC08506R825695, placa: MNL 6123/PB, renavam: 0087873679-4, CRLV em nome de GILBERTO MIRANDA M. DA SILVA, quando nas proximidades da Praça São Sebastião, centro de Mamanguape/PB, foi surpreendido com um pedestre na pista, o qual adentrou repentinamente e para não acidenta-lo, efetuou uma manobra brusca, vindo a colidir com uma outra motocicleta, não identificada; Que em virtude da gravidade do ferimento foi socorrido para o Hospital de trauma na cidade de João Pessoa/PB, onde foi submetido a procedimento cirúrgico, sendo diagnosticado fratura de metatarso de pé direito com lesão de tendão. Motivo pelo qual registra a presente. Era o que havia para Certificar. Ciente o (a) declarante da implicação legal contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal, depois de lido e achado conforme, expeço a presente Certidão. Eu, Gilvany Ribeiro da Silva, Escrivão de polícia, lavrei a presente e digitei.

Mamanguape/PB, 28 de novembro de 2013.


Gilvany Ribeiro da Silva
Escrivão de Polícia
Matrícula 156.606-7

Notificante: 



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE MAMANGUAPE - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

10
CB

Tipo de distribuição: SORTEIO - 26/09/2014 13 horas 17 minutos

Processo: 0001983-41.2014.815.0231

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 12904,00

Serie : 11

Autor : PEDRINO DA COSTA E SILVA

Rea : BRADESCO CIA DE SEGUROS S/A

Vara : 2A. VARA DE MAMANGUAPE

Juiz : SILVANA CARVALHO SOARES

omotor: EDUARDO BARROS MAYER

Recebi em 29/09/2014
CB



CONCLUSÃO

Nesta data, após a leitura dos autos, conclui-se:

que a alegação de nulidade é infundada.

Por isso, julgo a ação improcedente, em 29 de 09 de 2014

ES

Escrevente





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL
2ª VARA DA COMARCA DE MAMANGUAPE

DESPACHO

Considerando a circunstância fática exposta na inicial,
DEFIRO OS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA nos termos do art.
4º, *caput*, da Lei nº 1.060/50.¹

Compulsando os autos, não se verifica a ocorrência de
uma pretensão resistida, o que gera a carência do direito de ação por falta de
interesse processual.

Por este motivo, determino que se intime a parte autora,
através de seu advogado, para **EMENDAR** a inicial no prazo de 10 dias,
demonstrando a resistência oferecida ao seu pleito pela parte demandada, sob
pena de indeferimento da exordial.

Cumpra-se

Mamanguape, 02 de outubro de 2014

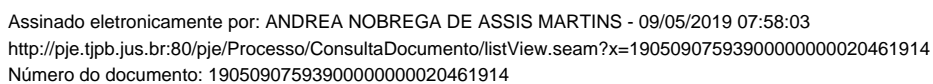
SILVANA CARVALHO SOARES
Juíza de Direito

Recb 23/10/14
R.S.

1 Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria
petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado,
sem prejuízo próprio ou de sua família.



Cartão que, nesta data, expressa a
despacho 11
15 07 15
adv. do antec.





12
08

- 3A. VARA DE MAMANGUAPE NF 085/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00779 Processo: 0000567-93.2012.815.0231 - MONITÓRIA AUTOR: BANCO SANTANDER S/A ADV: JOAO ALBERTO DA CUNHA FILHO, ALEXANDRE DE ALMEIDA. Despacho: Intime-se o autor, por seu advogado, do despacho de fl. 78, que deferiu o pedido de suspensão formulado.
00780 Processo: 0000089-12.2013.815.0231 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADV: DAVID SOMIRA PEIXOTO. Despacho: Intime-se o autor, por seu advogado, do despacho de fl. 34, que deferiu o pedido de expedição de mandado de citação.
00781 Processo: 0001817-43.2013.815.0231 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: CONORT CONSTRUTORA NORDESTE LTDA ADV: ARTHUR MONTEIRO LINS FILHO, MARIA VERONICA LUNA FREIRE GUERRA. Despacho: Intime-se o autor, por seu advogado, para requerer o que entender de direito, conforme despacho de fl. 149.
00782 Processo: 0001893-41.2014.815.0231 - PROCEDIMENTO SUMARIO AUTOR: PEDRINO DA COSTA E SILVA ADV: ABRAAO COSTA FLORENCO DE CARVALHO. Despacho: Intime-se parte autora para entender a inicial no prazo de 10 dias, demonstrando a relevância oferecida ao seu pleito pela parte demandada, sob pena de indeferimento da expedição.
3A. VARA DE MAMANGUAPE NF 082/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC)
00783 Processo: 0000391-30.2012.815.0231 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: SEVERINO AMANCIO DO NASCIMENTO ADV: CAMILO SOUBHIA NETTO. Despacho: Intime-se para impugnar a contestação no prazo de 10 (dez) dias.
00784 Processo: 0000483-42.2011.815.0231 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AUTOR: M. H. M. S. ADV: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA. Despacho: Intime-se para no prazo de 15 (quinze) dias pagar o débito descrito na petição de execução de sentença, sob pena de multa de 10% (por cento) sobre o valor da dívida.
00785 Processo: 0000562-21.2011.815.0231 - EXECUÇÃO DE ALIMENTO AUTOR: L. S. O. ADV: JOSE NAZARENO DE AZEVEDO, JOSEFA VICENTE DA COSTA, LEIDA MARIA NEIRA. Despacho: Intime-se o advogado do autor, da sentença de fl. 92/93 dos autos que exigiu a execução.
00786 Processo: 0001031-33.2012.815.0231 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MANOEL FRANCISCO MARTINS ADV: CAMILO SOUBHIA NETTO. Despacho: Intime-se para impugnar a contestação no prazo de 10 (dez) dias.

MONTEIRO

- 2A. VARA DE MONTEIRO NF 081/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00787 Processo: 0000054-21.2012.815.0241 - MONITÓRIA AUTOR: SAULO PERAZZO VALADARES ADV: GILBERTO DE SOUZA COSTA, REU: FABIANO GUERRA MENDES FALCAO ADV: CAMILA ARAUJO TOBACANO DE MORAES, MAX F. SAEGER GALVAO FILHO, HELIONORA DE ARAUJO ABIAHY, REU: ROBERTA CRISTINA FREITAS FALCAO ADV: CAMILA ARAUJO TOBACANO DE MORAES, MAX F. SAEGER GALVAO FILHO, HELIONORA DE ARAUJO ABIAHY. Sentença: Intime-se as partes para apresentar alegações finais, sob pena de julgamento da causa com base no que for alegado.
00788 Processo: 0001271-84.2015.815.0241 - AUTO DE PRISAO EM FL REU: JOSE GONCALDO GONDIM FILHO ADV: ANTONIO EDOALDO BEZERRA DA SILVA, GEOVANA DA SILVA GONDIM AGUIAR PIMENTA, SERGIO PETRONIO BEZERRA DE AQUINO. Despacho: Intime-se para tomar ciência da decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva e recebeu a denúncia oferecida pelo MP.
2A. VARA DE MONTEIRO NF 081/15 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).
00789 Processo: 0001271-84.2015.815.0241 - AUTO DE PRISAO EM FL REU: JOSE GONCALDO GONDIM FILHO ADV: ANTONIO EDOALDO BEZERRA DA SILVA, GEOVANA DA SILVA GONDIM AGUIAR PIMENTA, SERGIO PETRONIO BEZERRA DE AQUINO. Despacho: Intime-se para tomar ciência da decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva e recebeu a denúncia oferecida pelo MP.
3A. VARA DE MONTEIRO NF 105/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00790 Processo: 0000047-14.2015.815.0241 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: LUIZ FERREIRA DA SILVA ADV: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA. Despacho: Intime-se a parte autora para apresentar petição de contestação em fls. 238/7, no prazo legal.
00791 Processo: 0000441-60.2011.815.0241 - PROCEDIMENTO ORDINAR REU: E. R. A. ADV: MARIA ELISESE DE QUEIROZ AGRA. Despacho: Intime-se a parte autora para comparecer a audiência de conciliação para o dia 31 de agosto de 2015 às 11:00 horas.
00792 Processo: 0000441-60.2011.815.0241 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: T. R. A. ADV: MARIA ZULEIDE SOUSA DIAS, REU: E. R. A. ADV: MARIA ELISESE DE QUEIROZ AGRA. Despacho: Intime-se as partes para audiência de instrução designada para o dia 31 de agosto de 2015 às 11:00 horas.
00793 Processo: 0001729-72.2013.815.0241 - BUSCA E APREENSAO EM AUTOR: ADMINISTRADORA CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA. Ao Ordinatório: Intime-se a parte promotora para recolher as diligências com citação parte promovida, conforme certidão de fls. 53/60.

PATOS

- 3A. VARA DE PATOS NF 095/15 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).**
00794 Processo: 0000567-40.2015.815.0251 - AÇÃO PENAL - PROCEDI REU: JOSE CARLOS FELIX MACANHA ADV: JOSE HUMBERTO SIMPLICIO DE SOUSA. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 31/07/2015 às 10h. 30min, na sala das audiências desta 1ª vara de Patos-PB.
2A. VARA DE PATOS NF 024/15 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).
00795 Processo: 0000949-54.2011.815.0251 - AÇÃO PENAL - PROCEDI INDICADO: EXPEDITO BARBOSA DE LIMA ADV: RINALDO WANDERLEY. Sentença: Intime-se a sentença de extinção da punibilidade.
3A. VARA DE PATOS NF 116/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC)
00796 Processo: 0001297-86.2014.815.0251 - ALIMENTOS - LEI ESPE AUTOR: E. G. A. D. ADV: LUCIANA SANTOS DA COSTA LACERDA, KARLLA KAROLINE FRANCA LIMA, REPRESENTANTE LEGAL: D. G. G. ADV: LUCIANA SANTOS DA COSTA LACERDA, KARLLA KAROLINE FRANCA LIMA. Despacho: Intime-se para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar as alegações finais aos autos supra mencionados.
00797 Processo: 0001775-94.2011.815.0251 - ALIMENTOS - LEI ESPE AUTOR: J. J. B. A. ADV: HALEM ROBERTO ALVES DE SOUZA, AUTOR: M. D. P. B. ADV: HALEM ROBERTO ALVES DE SOUZA. Despacho: Intime-se para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento de fato, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito.

- 4A. VARA DE PATOS NF 112/10 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00798 Processo: 0002529-41.2011.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A ADV: DIOGENES RAMALHO DE LIMA, VINICIUS ARAUJO CAVALCANTI MOREIRA, TATIANE DE LACERDA BARROS. Despacho: Intime-se a parte promotora para, em 48 horas, atender a determinação contida no último despacho, requerendo o que entender de direito.
4A. VARA DE PATOS NF 112/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00799 Processo: 0000069-77.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ROZANA ARAUJO SANTOS DINIZ ADV: XANGAI GUSTAVO VARGAS. Despacho: Intime-se o patrono para comparecer em cartório e assinar a petição inicial que se encontra apostila, no prazo de cinco dias, assim como indicar o endereço atualizado no segundo endereço em qual mora.
00800 Processo: 0000639-96.2013.815.0251 - BUSCA E APREENSAO EM AUTOR: A. C. N. H. L. ADV: ANA CAROLINA FREIRE TERTULIANO. Despacho: Intime-se a decisão que indeferiu o pedido de conversão da busca e apreensão e a petição de requerer o que entender de direito em 10 dias.
00801 Processo: 0000880-38.2014.815.0251 - USUCAPIAO AUTOR: ALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES ADV: JOSE INACIO DOS SANTOS FILHO. Despacho: Audiência de Instrução designada para o dia 25/08/2015, às 08:30 horas, na sala de audiências da vara e para apresentar o rol de testemunhas em 13 dias a contar da intimação, caso não tenha sido apresentada.
00802 Processo: 0000669-93.2013.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: EMANUEL FERNANDES DE MORAIS ADV: BRUNO DA NOBREGA CARVALHO, REU: FRANCISCA GOMES VIEIRA MOTA ADV: RUBENS LEITE NOGUEIRA SILVA. Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente.
00803 Processo: 0001130-35.2015.815.0251 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: B. F. S. ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES. Despacho: Intime-se a parte promotora a recolher o numerário referente a diligência de Oficial de Justiça, no prazo de 10 dias para expedição do mandado citatório.
00804 Processo: 0001289-94.2015.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: B. V. M. B. S. ADV: ANA CAROLINA FREIRE TERTULIANO. Despacho: Intime-se a parte promotora pessoalmente e por seu advogado para, em 48 horas, atender a determinação contida no último despacho, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
00805 Processo: 0001384-52.2015.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: A. C. F. I. S. ADV: ISABELLE MACHADO SERRANO ARAUJO, CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ, TOMÉ LEAO GAMA. Despacho: Intime-se a parte promotora para, em 10 dias, corrigir o valor da causa e em 30 dias efetuar o pagamento dos complementos das custas.

- 00806 Processo: 0001960-41.2007.815.0251 - EXECUÇÃO FISCAL REU: ANTONIO ERIVAN RAMOS ADV: MARIA DO SOCORRO NOBREGA LOPES. Sentença: Extinção Art. 269 do CPC.
00807 Processo: 0002902-67.2014.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: BANCO BRADESCO S/A ADV: ALINE PATRICIA ARAUJO MURCABEL DE MENEZES COSTA. Despacho: Intime-se a parte promotora, pessoalmente e por seu advogado para, em 48 horas, atender a determinação contida no último despacho, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção sem mérito.
00808 Processo: 0003249-66.2015.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA ADV: ANA CAROLINA FREIRE TERTULIANO. Sentença: Cumpra-se. Extinção do processo sem julgamento do mérito - Art. 267, do CPC.
00809 Processo: 0003263-84.2014.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARIA DA GUIA MEDEIROS ADV: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICIPIO DE PATOS ADV: DANUBIA PEREIRA DE MEDEIROS. Sentença: Pedido julgado procedente.
00810 Processo: 0004223-11.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ALDINEIDE PEREIRA DA SILVA ADV: TACIANA FONTES DE FREITAS. Despacho: Intime-se a parte promotora para tomar conhecimento do ofício retiro, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 dias.
00811 Processo: 0004580-54.2013.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ANTONIO GOMES DE SOUSA ADV: DAMIAO GUIMARAES LEITE, REU: MUNICIPIO DE CACIMBA DE AREIA ADV: JOSE LACERDA BRASILEIRO, AVANI MEDEIROS DA SILVA. Despacho: Pedido julgado parcialmente procedente.
00812 Processo: 0004701-14.2015.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S/A ADV: ALENDIA GOMES DINIZ, REU: GERDEAN DE MEDEIROS NEVES. Despacho: Intime-se a parte promotora a recolher o numerário referente a diligência de Oficial de Justiça, no prazo de 10 dias para expedição do mandado citatório.
00813 Processo: 0005862-36.2010.815.0251 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: FUNDO ITAPEVA II FIDC, NP ADV: PAULA RODRIGUES DA SILVA, FRANKLIN CARVALHO DE MEDEIROS, REU: ATACADAO AGROPECUARIO SANTAFRANCISCA LTDA ADV: ADALBERTO JOSE FERNANDES ALVES, REU: NORMEIA ELIZU DE MEDEIROS LUCIO ADV: ADALBERTO JOSE FERNANDES ALVES, REU: JOSE MARCOS LUCIO ADV: ADALBERTO JOSE FERNANDES ALVES. Sentença: Processo extinto Art. 267 CPC.
00814 Processo: 0005929-25.2013.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: BANCO HONDA S/A ADV: ALENDIA GOMES DINIZ. Despacho: Intime-se a parte promotora, pessoalmente e por seu advogado para, em 48 horas, atender a determinação contida no último despacho, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção sem mérito.
00815 Processo: 0005769-54.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: LEONEL BRIZOLA DE ARAUJO ADV: ALEXANDRE LUCENA CAMBOIM, REU: BFF LEASING S/A ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA. Sentença: Pedido julgado parcialmente procedente.
00816 Processo: 0008763-69.2014.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: BV FINANCEIRA S/A ADV: LEONARDO COIMERA NUNES, DIOGENES RAMALHO DE LIMA. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.

- 5A. VARA DE PATOS NF 325/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00817 Processo: 0005425-18.2015.815.0251 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO ADV: ISABELLE MACHADO SERRANO ARAUJO. Ao Ordinatório: Intime-se o autor para, em 10 dias, complementar as custas processuais, de acordo com a planilha de fls. 35/36.

- 5A. VARA DE PATOS NF 326/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00818 Processo: 0005425-18.2015.815.0251 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: MARIA BETANIA DA SILVA LIMA ADV: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA. Despacho: Intime-se a parte autora para, em 10 dias, dizer se pretende receber o valor executado via RPV (em média 70 dias) ou o crédito total em 32 ou 33 anos, via precatório.

- 5A. VARA DE PATOS NF 327/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00819 Processo: 0005425-18.2015.815.0251 - MONITÓRIA AUTOR: POSTO RAMAL ADV: RAIMUNDO MEDEIROS CARLOS DA NOBREGA FILHO, REU: PEDRO DA SILVA VIEIRA ADV: ANTONIO CARLOS DE LIRA CAMPOS, HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES. Despacho: Intime-se as partes para tomar ciência da decisão: 204/205, que indeferiu o pedido de fls. 177/181 (embargos), inclusive a especificamente a primeira vista sobre a possibilidade da aplicação de multa. Disponível online.
00820 Processo: 0005562-05.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARCOS ANTONIO SOARES FERREIRA ADV: MADELINE GOMES LOPES, REU: MUNICIPIO DE PATOS ADV: WALTER RODRIGUES MOTA, DANUBIA PEREIRA DE MEDEIROS. Despacho: Intime-se as partes acerca da SENTENÇA PROLATA, nos autos em tela, fls. 179/184, para que surtam os efeitos legais. Sentença disponível online.

- 5A. VARA DE PATOS NF 095/15 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).**
00821 Processo: 0000564-21.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO ESPECIAL REU: EUNIVIA GARNIERO MARTINS ADV: DIALMA QUEIROGA DE ASSIS FILHO. Despacho: Intime-se para apresentação das alegações finais, no prazo legal.
00822 Processo: 0000564-21.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO ESPECIAL REU: EUNIVIA GARNIERO MARTINS ADV: DIALMA QUEIROGA DE ASSIS FILHO. Despacho: Intime-se para tomar conhecimento da sentença condenatória.
00823 Processo: 0001892-65.2014.815.0251 - AÇÃO PENAL - PROCEDI REU: PALOMA DE SANTANA COSTA ADV: VITAL HENRIQUE DE ALMEIDA. Despacho: Intime-se para apresentação das alegações finais.
00824 Processo: 0002740-38.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ESPECIAL REU: RAMON SILVA DA NOBREGA ADV: AYLAN DA COSTA PEREIRA. Despacho: Intime-se para, no prazo legal, apresentar as alegações finais.
00825 Processo: 0003554-45.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ESPECIAL REU: JOSE EDIVAN QUIRINO DA SILVA ADV: DIALMA QUEIROGA DE ASSIS FILHO, REU: JEFFERSON PEREIRA HENRIQUE ADV: LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS. Despacho: Intime-se para, no prazo legal, apresentar as alegações finais.
00826 Processo: 0005872-74.2015.815.0251 - AÇÃO PENAL - PROCEDI REU: JOSE CLAUDIO VAN DE OLIVEIRA ADV: CANUTO FERNANDES BARRETO NETO. Despacho: Intime-se para apresentação das alegações finais, no prazo legal.

- 7A. VARA DE PATOS NF 112/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00827 Processo: 0006461-38.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO ROSANIE MARIA TRINDADE DE MEDEIROS ADV: LUCIANO SIMÕES DA SILVA. Despacho: Intime-se a parte autora para apresentar a inicial, no prazo de dez dias, para incluir no polo passivo o Sr. Manoel Ferreira de Vasconcelos e, juntar nos autos cópia cartória atualizada do registro dos atos.

- 7A. VARA DE PATOS NF 113/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00828 Processo: 0000075-56.2014.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: FRANCISCA LOPES DE SOUSA ADV: ERIKA FABIOLA RIBEIRO MUDERNO. Despacho: Intime-se para acostar as autos cópias dos documentos pessoais dos genitores do requerente (certidão de nascimento, casamento, óbito, identidade, CTPS, entre outros), no prazo de 10 (dez) dias.
00829 Processo: 0003695-59.2014.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARIA GETULIA FERREIRA DOS SANTOS ADV: NEREIDE FERREIRA DA SILVA. Ao Ordinatório: Intime-se para conhecimento da devolução da carta de citação e tomar novo certidão para fins de citação.
00830 Processo: 0005195-29.2013.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ESPOLIO DE ALAIDE ARAUJO TORRES ADV: CANUTO FERNANDES BARRETO NETO, REPRESENTANTE LEGAL: IARA TORRES BARACHUY ADV: CANUTO FERNANDES BARRETO NETO, REU: ROMERO ALVES DE LIMA ADV: ALEXANDRE NUNES COSTA, REU: JACIENE LEITE DE ARAUJO LIMA ADV: ALEXANDRE NUNES COSTA. Despacho: Intime-se para informar se houve sucesso na tentativa de solução amigável da controvérsia, ou se ainda insistem na instauração arbitral, no prazo de 05 (cinco) dias.
00831 Processo: 0003558-58.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINAR REPRESENTANTE LEGAL: ANGELICALACERDA ESTRELA ALVES ADV: GUSTAVO LACERDA, AUTOR: STELLA ESTRELA ALVES QUEIROGA, PINTO ADV: GUSTAVO LACERDA, REU: UNIMED PATOS ADV: CAIUS MARCELLUS DE LACERDA, CICERO PEREIRA DE LACERDA NETO. Despacho: Intime-se a parte para especificar as provas que pretendam produzir, no prazo de 05 (cinco) dias, justificando-as. No mesmo prazo, deverá informar se existe interesse na tentativa de conciliação.

PAULISTA

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULISTA NF 064/15 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).**
00832 Processo: 0000108-29.2014.815.1171 - EXECUÇÃO DE ALIMENTO AUTOR: ALYSSON KEVEN DE SOUSA ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito, com base no art. 267, II do CPC, por desistência da ação.
00833 Processo: 0000298-98.2013.815.1171 - EXECUÇÃO DE ALIMENTO AUTOR: A. K. S. ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito, com base no art. 794, I do CPC, em razão do cumprimento da obrigação.
00834 Processo: 0003932-22.2014.815.1171 - ALIMENTOS - LEI ESPE AUTOR: BRENDA KIRSI DA SOUSA SILVA ADV: ROGACIANO ARAUJO DA COSTA, AUTOR: MARCOS ALBERTO DE SOUSA JUNIOR ADV: ROGACIANO ARAUJO DA COSTA, AUTOR: MARCOS ALBERTO DE SOUSA SILVA ADV: ROGACIANO ARAUJO DA COSTA. Despacho: Intime-se a parte requerer CONTRARRAZÕES AO RECURSO RECEBIDO ÀS FLs. 85, no prazo de 15 (quinze) dias.
00835 Processo: 0005922-22.2014.815.1171 - ALIMENTOS - LEI ESPE REU: VERIDIANA MATIAS DA SILVA ADV: AYLAN DA COSTA PEREIRA. Despacho: Intime-se a decisão que recebeu o recurso de apelação de fls. 75/82.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE MAMANGUAPE - 3ª VARA**

Fórum Des. Miguel Leão de Oliveira Ramos, Av. Presidente Kennedy, s/n, BR 101, Mamanguape/PB -
CEP: 58280-000 - Fone/Fax: (0xx83) 3292-4230

CERTIDÃO

Processo nº 0001983-41.2014.815.0231

Certifico e dou fê que decorreu o prazo previsto sem que a parte se manifestasse, apesar de devidamente intimada por advogado, conforme publicação retro.

Por esta razão, faço conclusão dos autos.

Mamanguape – PB, 02 de setembro de 2016.


Eduardo de Carvalho Pinheiro
Técnico Judiciário
Mat.: 477.662-3

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos a
MM Juíza de Direito da 2ª Vara de
Mamanguape.
Mamanguape, 02/09/16.


Analista/Técnico Judiciário



Vistos etc.


A presente causa encontra-se abandonada há mais de 30 (trinta) dias, por não terem sido promovidos os atos e diligências processuais pertinentes.

Em sendo assim, intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do presente feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção sem julgamento do mérito.

Mamanguape, 23/08/2017


Kalina de Oliveira Lima Marques
Juíza de Direito

Recebi em 23.8.17





CLASSIFICAÇÃO DO PÉRECU:

☐ Expediente
☒ Intimação
☐ Juntada
☐ Oficial
☐ Arquivar os presentes autos

☐ Autor
☐ Réu
☐ Citação
☐ Outros

☐ Petição
☐ AR
☐ Outros

26/02/18
 Mamangara

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do Mam-
ganga e Petição
 que adiante segue.

Mamangara: 23 04 de 2018.

[Assinatura]
 Decretante



COPIA

-5-

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DA
COMARCA DE MAMANGUAPE - PARAÍBA

Proc. N.º0001983-41.2014.815.0231

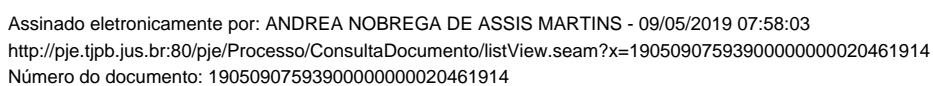
PEDRINO DA COSTA E SILVA, já qualificado nos termos da ação de cobrança acima epigrafada, em que contende com o **BRADESCO CIA DE SEGUROS S/A**, também já qualificado, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho proferido, REQUERER a reconsideração do despacho que determinou a juntada de comprovante de requerimento administrativo, tendo em vista o princípio constitucional do livre acesso a justiça, bem como, da não exigência de prévio requerimento administrativo por parte da Lei 6.194/74, com o consequente recebimento da inicial e a determinação da citação da parte Promovida.

Noutro rumo, se este não for o entendimento de V. Exa. requer a suspensão do feito pelo prazo de 90 dias para que o autor providencie o requerimento na via administrativa, mesmo sabendo que seu requerimento será rejeitado pela seguradora líder, sob a alegação de falta de documento uma vez que o autor mais não possui documentação referente ao veículo do sinistro.

Nestes termos,
Pede deferimento.
João Pessoa, 07 de fevereiro de 2018.

Advogado **Abraão Costa** Florêncio de Carvalho
OAB/PB nº. 12.904





36

COMARCA DE MAMANGUAPE

MANDADO 001 - MAND INTIMACAO

PROCESSO: 0001983-41.2014.815.0231 2A. VARA DE MAMANGUAPE
Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO

AUTOR : PEDRINO DA COSTA E SILVA
Endereco: R VEREADOR FIRMINO CAETANO 00076
Bairro : BEATRIZ MENEZES Cidade: MAMANGUAPE CEP: 56280000
REU : BRADESCO CIA DE SEGUROS S/A e Outros
Endereco: R PARQUE SOLON DE LUCENA 641
Bairro : CENTRO Cidade: JOAO PESSOA CEP: 50000000

O MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA SUPRA MANDA AO OFICIAL DE JUSTICA, ABAIXO NOMINADO, QUE, EM CUMPRIMENTO A ESTE, PROCEDA A INTIMACAO DA PARTE NOME E ENDEREÇO ACIMA, PARA OS TERMOS DO DESPACHO TRANSCRITO.

COMPLEMENTO/DESPACHO JUDICIAL

INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, MANIFESTAR SE TEM INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MERITO.

LOCAL: FORUM MIGUEL LEVINO DE O. RAMOS
RUA PRESIDENTE KENNEDY S/N CENTRO CEP: 5

MAMANGUAPE, 27 de 02 de 2018

8/8

CHEFE DA CENTRAL DE MANDADOS, POR ORDEM DO MM. JUIZ

OFICIAL: 2840-8 050 27/02/18
O oficial acima devesa se identificar com sua carteira funcional.

CIENTE: _____

MANDADO SEM GUIA DE DILIGENCIA INFORMADA.

0001983-4120148150231001

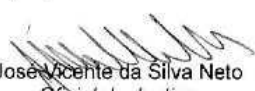


-17-

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao respeitável mandado retro, ai sendo, DEIXEI DE INTIMAR a parte autora PEDRINO DA COSTA E SILVA em face de não se encontrar na ocasião da diligência, como informou seu irmão Perônio da Costa e Silva, que disse que seu irmão estava trabalhando, não sabendo dizer o número do telefone celular do autor. Deixei a contrafé com o irmão do autor, que se comprometeu em entregar para aquele a cópia do mandado. Devolvo o mandado para as providências de estilo. O referido é verdade e dou fé.

Mamanguape, 28 de fevereiro de 2018.


José Vicente da Silva Neto
Oficial de Justiça
Mat. 474.001-7



CONCLUSÃO

Nesta data, após consulta ao processo

antes de M. M. (nome) da Direção.

Minimamente, 23 de 04 de 2018

Documentos





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MAMANGUAPE-PB

SENTENÇA

PROCESSO: 0001983-41.2014.815.0231

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL.

- O Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, firmou entendimento de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal.

- A ausência de demonstração do preenchimento dos requisitos exigidos pelo paradigma leva à carência de ação, pela falta de interesse de agir.

Vistos.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por PEDRINO DA COSTA E SILVA em face de BRADESCO CIA DE SEGUROS S/A, visando a percepção de indenização pelos danos pessoais sofridos em decorrência de acidente com veículo automotor de via terrestre.

Decido.

Defiro a gratuidade judiciária.

Inicialmente, cumpre destacar que, para a propositura da ação, é necessário que a parte detenha interesse de agir (arts. 17 e 485, III, ambos do CPC), o qual é verificado pela reunião de duas premissas: a utilidade e a necessidade do processo.

Com efeito, de acordo com a Teoria Eclética da ação, adotada pelo nosso ordenamento processualista, é necessária, em regra, a afirmação de uma lesão a um direito para o exercício do direito de ação. A existência de um conflito de interesses no âmbito do direito material faz nascer o interesse processual para aquele que não conseguiu satisfazer consensualmente seu direito.

Destarte, nas ações judiciais que visam à percepção de seguro obrigatório em decorrência de acidente veicular em via terrestre, é preciso que reste demonstrado que a seguradora demandada resistiu ao cumprimento espontâneo da prestação, o que impõe a submissão de um

Kobima

1 de 2



pedido administrativo pelo(a) promvente, já que não há possibilidade jurídica de concessão de ofício.

Pois bem, O Plenário do STF, ao julgar o RE nº 631.240/MG, cujo tema suscitado no recurso teve sua repercussão geral reconhecida, concluiu (em 03/09/2014) que a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação em que se postula a concessão de benefício previdenciário é compatível com a norma do artigo 5º, XXXV, da CF.

A orientação consolidada nesse julgamento aplica-se ao caso dos autos, conforme decisão da Corte Suprema, acerca de ação para ressarcimento do seguro obrigatório DPVAT:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. 3. In casu, o acórdão recorrido assentou: **"2. Inexiste uma das condições da ação, pois que não houve indícios de que fora realizado qualquer pedido administrativo perante a Seguradora reclamada. 3. Inexiste necessidade do pronunciamento judicial, pois não havendo que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, não há o interesse de se ingressar com a demanda em juízo."** 4. Recurso DESPROVIDO. [...]. (STF: RE 839.314 MA; Min. Luiz Fux; Julgado em 10/10/2014; publicado no DJ, em 16/10/2014). (destaquei)

A pretensão neste caso em apreciação carece de qualquer elemento configurador de resistência pela seguradora. Não há conflito. Não há lide. Não há, por conseguinte, interesse de agir nessas situações.

Assim, a parte autora não demonstrou, como lhe incumbia, o efetivo encaminhamento idôneo de solicitação direta e tampouco a mínima resistência por parte da requerida.

2 de 3

Kaleina



Pelo exposto, de ofício, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL** e, por conseguinte, **declaro EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, por carência da ação consubstanciada na falta de interesse processual do autor, com fulcro no art. 485, I, c/c art. 330, III, ambos do CPC.

Condeno a parte autora, na forma do art. 82, §2º, c/c art. 84, ambos do CPC, em custas processuais. Fica suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, § 1º, I e VI, c/c §§ 2º e 3º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e, em seguida, archive-se.

Mamanguape, 2 de maio de 2018.


KALINA DE OLIVEIRA LIMA MARQUES
Juíza de Direito



-20-

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que nesta data, a sentença retro foi publicada e inserida no Registro Virtual de Sentenças.

Dou fé.

Mamanguape, 30/01/2019.



Analista/Técnico Judiciário



CERTIFICO E DOU FE QUE:

☒ Expediente / Autor / Réu

☐ Solicite Mandado de

☐ Intimação / Citação / Outros

☐ Junte

☐ Ofício / Petição / AR / Outros

☐ Arqueie os presentes autos

Mamanguape 30.01.12

ANALISTA TÉCNICO JUDICIÁRIO

CERTIFICO E DOU FE QUE:

☐ Expediente / Autor / Réu

☐ Solicite Mandado de

☐ Intimação / Citação / Outros

☒ Junte

☐ Ofício / ☒ Petição / AR / Outros

☐ Arqueie os presentes autos

Mamanguape 16.02.19

André de Assis Martins

ANALISTA TÉCNICO JUDICIÁRIO



-21-

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA- PB.

Processo: 0001983-41.2014.815.0231


PEDRINO DA COSTA E SILVA, já qualificado nos autos da Ação de Cobrança acima epigrafada, na qual contende em face de **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A.**, igualmente qualificada, vem à presença de Vossa Excelência, data vênia, não se conformando com a r. sentença de fls., a qual julgou extinto o processo sem resolução do mérito, tempestivamente, interpor **APELAÇÃO CIVEL**, com fulcro no 1009 do CPC e demais normas atinentes à espécie, motivo pelo qual demonstra o interesse do apelante com o presente recurso.

Razões de recurso em anexo.

Requer que, após a devida autuação, a concessão dos Benefícios da Justiça Gratuita já deferida para o presente recurso, e oitiva do Recorrido sejam remetidos os autos para o **EGRÉGIO Tribunal de Justiça da Paraíba**, para a análise e julgamento do presente recurso.

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa, PB, 09 de fevereiro de 2018.


Advogado **Abraão Costa** Florêncio de Carvalho
OAB/PB 12.904



RECORRENTE: **PEDRINO DA COSTA E SILVA**

PELO DIREITO DO RECORRENTE.

Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba!
Íncrito Desembargador Relator!
Senhores Desembargadores!

1) DO INTERESSE EM RECORRER

O interesse de recorrer do apelante é latente, demonstrado pela extinção do feito sem resolução de mérito, uma vez que o Juízo sentenciante entendeu ser o Apelante carente do direito de ação, por não haver comprovado o prévio requerimento administrativo da indenização do seguro DPVAT.

2) DA REFORMA DA DECISÃO ATACADA – ANULAÇÃO DA SENTENÇA – PROSSEGUIMENTO DO FEITO EM RAZÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO.

A decisão guerreada, fere mortalmente o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, insculpido no art. 5º, XXXV da CF, também chamado de cláusula do acesso a Justiça, ou do direito de ação: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”

Trata-se, o dispositivo, da consagração, em sede constitucional, do direito fundamental de ação, de acesso ao Poder Judiciário, sem peias, condicionamentos ou barreiras.

Desta forma, o Estado Juíz, depois de provocado, não pode furtar-se do dever de prestar a jurisdição, não havendo exigência de esgotamento de outras instâncias, administrativas ou não, para que se busque a guarda jurisdicional.



No caso em análise, o MM. Juiz prolator do feito, detentor de notório saber jurídico, nas suas razões de fundamentação, no que diz relação ao seu particular entendimento, manifestou-se pela carência do direito de ação por parte do Apelante, contrariamente ao princípio constitucional acima invocado.

Contudo, tal decisão certamente será reformada pelo EGRÉGIO TJ/PB, por ocasião do presente recurso de apelação, dada a fundamentação exposta na presente peça recursal, conforme exposto acima.

Ainda mais, o juízo *a quo* utilizou-se do entendimento sedimentado através do julgamento do RE 631-240 pelo STF.

Todavia, a referida decisão estabelece que ***“a exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento de Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado.”***

Como vemos no referido processo, o entendimento da Seguradora é reiteradamente contrário à postulação do promovente, uma vez que a Apelada sempre apresenta contestação opondo-se ao pleito autoral.

Assim, depreende-se o equívoco cometido pelo Juízo *a quo*, quando proferiu sentença de extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do inciso VI do art. 485 do NCPC, julgando ser necessário o prévio requerimento na esfera administrativa para concretizar-se o seu direito de ação.

3) DOS PEDIDOS DE REFORMA DO JULGADO ATACADO.

PELO EXPOSTO, requer à Vossa Excelência:

1) Que seja conhecida a presente apelação, dado interesse em recorrer e a tempestividade do recurso, **para reformar a decisão recorrida, ANULANDO a Sentença de Extinção do processo sem resolução de**




mérito, determinando o retorno dos autos a vara de origem e o devido processamento regular do feito, ou, nos termos do inciso I, § 3º do art. 1013 do NCPC, caso entenda existir condições de imediato julgamento, seja analisado o mérito da causa com a procedência dos pedidos.

2) Os Benefícios da Gratuidade Judiciária.

Pede e Espera Deferimento.

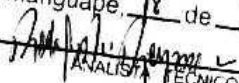
Mamanguape, PB, 25 de setembro de 2018.


Advogado **Abraão Costa** Florêncio de Carvalho
OAB/PB 12.904



CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes
autos a(o) M. M. Juiz(a) de Direito.
Mamanguape, 18 de 02 de 2019


ANALISTA TÉCNICO JUDICIÁRIO



252

Processo: 0001983-41.2014.815.0231

DECISÃO

Vistos,

Sendo hipótese de indeferimento da inicial¹, ao reapreciar a matéria, entendo por não modificar a decisão impugnada, razão pela qual **A MANTENHO CONFORME SEUS FUNDAMENTOS²**.

CITE(M)-SE o(a/s) recorrido(a/s) para contrarrazoar(em) o recurso, no prazo de 15 dias.

Decorrido o prazo assinalado, com ou sem manifestação da(s) parte(s) apelada(s), REMETAM-SE os autos ao Tribunal de Justiça da Paraíba, através de suas Câmaras Cíveis.

Mamanguape, em 18 de fevereiro de 2019.


KALINA DE OLIVEIRA LIMA MARQUES
Juíza de Direito

¹ CPC - Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. §1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 331. § 3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença.

² “Esta Corte admite a adoção da fundamentação *per relationem*, hipótese em que o ato decisório se reporta a outra decisão ou manifestação existente nos autos e as adota como razão de decidir”. (STJ, HC nº 286080, Rel. Min. Felix Fischer, DJe 13/10/2014)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA

2ª Vara Mista de Mamanguape

Rua Marquês de Herval, S/N, Centro, MAMANGUAPE - PB - CEP:
58287-000

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0001983-41.2014.8.15.0231

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: PEDRINO DA COSTA E SILVA

RÉU: BRADESCO CIA DE SEGUROS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0001983-41.2014.8.15.0231** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

MAMANGUAPE, 9 de maio de 2019.

ANDREA NOBREGA DE ASSIS MARTINS
Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA

2ª Vara Mista de Mamanguape

Rua Marquês de Herval, S/N, Centro, MAMANGUAPE - PB - CEP:
58287-000

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0001983-41.2014.8.15.0231

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: PEDRINO DA COSTA E SILVA

RÉU: BRADESCO CIA DE SEGUROS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0001983-41.2014.8.15.0231** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

MAMANGUAPE, 9 de maio de 2019.

ANDREA NOBREGA DE ASSIS MARTINS
Técnico Judiciário



**EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA 2ª MISTA DA COMARCA DE
MAMANGUAPE - PB**

Proc. 0001983-41.2014.815.0231

PEDRINO DA COSTA E SILVA, já qualificado nos termos da ação de cobrança de seguro obrigatório – DPVAT acima indicada, em que contende com a **BRADESCO CIA DE SEGUROS S/A**, também já qualificada, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, **REITERAR** os termos da Apelação interposta em face da sentença de extinção do processo sem julgamento de mérito, requerendo a intimação da parte apelada para apresentação de contrarrazões e posterior remessa ao Tribunal de Justiça da Paraíba.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa, 24 de maio de 2019.



Abraão Costa F. de Carvalho

OAB/PB 12.904

